



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO TURISMO

Parecer:	Despacho: Concordo - Notifique-se em conformidade. 29.05.20 ABY
-----------------	--

Relatório Inspetivo: INT- 138/2020

1. Alojamentos detetados

Alojamentos registados com oferta irregular

1.1.

1.2.

1.3.

Informação protegida

2. Âmbito da inspeção:

No âmbito da execução do Plano de Atividades para o ano de 2020, no dia 3 de fevereiro de 2020, foi realizada uma ação de deteção de alojamento com oferta irregular na plataforma de reserva *online* acima identificada.

3. Descrição

Factologia



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO
INSPEÇÃO REGIONAL DO TURISMO

Alojamento 1.1.

Consta do registo, como apartamento com dois quartos e quatro camas. Após a deteção da irregularidade relacionada com a disponibilidade de capacidade superior à capacidade máxima registada, a empresa foi notificada através de ofício SAI/IRT 120, concedendo-se prazo de dez dias para regularização, a qual respondeu através de email e procedeu a devida correção.

Alojamento 1.2.

Trata-se de uma moradia com um quarto e duas camas. Após a deteção da irregularidade relacionada com a disponibilidade de capacidade superior à capacidade máxima registada, a empresa foi notificada através de ofício SAI/IRT 122, concedendo-se prazo de dez dias para regularização, a qual respondeu através de email e procedeu a devida correção.

Alojamento 1.3.

Registado na tipologia de moradia com dois quartos e cinco camas. Após a deteção da irregularidade relacionada com a disponibilidade de capacidade superior à capacidade máxima registada, a empresa foi notificada através de ofício SAI/IRT 133, concedendo-se prazo de dez dias para regularização, a qual respondeu através de email no prazo concedido e informou da sua intenção em sanar a irregularidade, porém devido ao atraso da própria plataforma de reservas foi concedido novo prazo de cinco dias uteis, nos quais procedeu a devida correção.

4. Enquadramento legal:

Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012/A, de 1 de março, republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 23/2012/A, de 31 de maio – Estabelece o Regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos e Portaria n.º 83/2016, de 4 de agosto – estabelece os requisitos ou critérios de instalação, classificação e funcionamento do alojamento local.

5. Conclusões e propostas:

Considerando que os alojamentos, identificados em 1, corrigiram as irregularidades detetadas. Propõe-se a conclusão e arquivamento do presente procedimento e que disto seja dado conhecimento às entidades, conforme propostas de ofício constantes em anexo SAI-IRT/2020/146, SAI-IRT/2020/147 e SAI-IRT/2020/192.

À Consideração Superior de V. Ex^a,

Horta, 6 de abril de 2020

O Inspetor

Daniel Rafael